

DENISE ROTHENBURG  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## A largada da reforma sobre a renda

O pacote fiscal vai muito além do corte de gastos e pretende se transformar na reforma sobre a renda sem precisar se apresentar dessa forma abertamente. Se der certo, o governo ganha o discurso de Robin Hood — apertou em cima dos ricos para aliviar os mais pobres. Falta combinar com o mercado, porque muitos dos mais ricos são aqueles que geram empregos.

## Melhor assim

Foi muito bem recebida a reunião com os presidentes das duas Casas Legislativas e líderes partidários, antes do anúncio formal e da tradicional entrevista coletiva para esclarecer as dúvidas do pacote fiscal. Em outras oportunidades, eles eram os últimos a saber.

## Fonte primária

O governo considera que o encontro dá a esses parlamentares a visão do Poder Executivo em detalhes, sem os ruídos de análises posteriores ao anúncio das propostas.

## E o Carrefour, hein?

A retratação do CEO do Carrefour, Alexandre Bompard, não resolveu a irritação do agro brasileiro com o fato de o executivo querer manchar a imagem do Brasil. Que não queira comprar a carne, é direito dele, para proteger os produtores franceses. Agora, falar mal de um produto de qualidade que é comercializado no mundo inteiro, não dá. Por isso, ainda que tenha havido cartas e notas, o agro pretende se movimentar em favor da lei da reciprocidade — países que barrarem produtos brasileiros também devem ter seus produtos barrados por aqui.

# Lula coloca Congresso em xeque

Ao colocar a isenção de Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil mensais acoplado ao pacote de corte de gastos, o governo tem dois objetivos. O primeiro, e mais óbvio, é dar o discurso de que a tesoura orçamentária foi passada em benefício dos mais pobres. O segundo é deixar para o Parlamento apenas a escolha de ampliar impostos dos mais ricos para fazer frente a este novo patamar de alívio fiscal para as classes com salários menores.

A aposta da área política do governo é de que ninguém será contra essa isenção. E, diante disso, é preciso arrumar recursos para suprir os valores que os cofres públicos deixarão de arrecadar com a medida.

Até aqui, o Poder Legislativo tem demonstrado resistência em ampliar impostos, seja para quem for. Ali, prevalece o discurso de que a carga tributária é excessiva e não dá para sobretaxar quem gera empregos.

Porém, diante de um pacote de corte de gastos que amplia parte da despesa obrigatória, será preciso arrumar um jeito de fechar a conta. O mercado já farejou confusão à frente. Agora, o governo tenta evitar que essa visão do setor financeiro contamine a análise dos congressistas.



## CURTIDAS

**Olho neles.../ Aliados de Fernando Haddad no PT ficaram muito desconfiados pelo fato de o ministro do Trabalho, Luiz Marinho (foto), falar das medidas econômicas do pacote fiscal antes do anúncio oficial do ministro da Fazenda. Há quem diga que é a disputa eleitoral de 2026 entrando em campo.**

Ed Alves/CB/D.A Press



**Enquanto uns condenam.../ Não foi apenas o senador Eduardo Girão (Novo-CE) que não gostou do projeto das emendas parlamentares. O senador Izalci Lucas (PL-DF) reclama que a Câmara dos Deputados está menosprezando o Senado. “Tudo que foi feito no Senado foi desprezado. E isso está acontecendo em várias matérias. O Senado está quase como um cartório, de carimbar as coisas. A reforma tributária corre o risco de tudo que foi feito aqui ser reconsiderado lá”, critica.**

**... outros apaziguam/ Sobre a aprovação do projeto das emendas, o senador Efraim Filho (União-PB) adotou uma postura mais neutra. “Acredito que o importante é buscar solução. Dentro do texto votado, os princípios da transparência e da rastreabilidade estão atendidos. Outros pontos são fruto da divergência natural do processo legislativo. Agora, espero que aquele texto tenha consenso entre os Três Poderes e possa desbloquear o orçamento”, disse.**

**2025 é logo ali/ O Instituto Livre Mercado, ligado à Frente Parlamentar pelo Livre Mercado (FPLM), realiza hoje a Conferência Nacional de Liberdade Econômica. O evento será no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, e vai abordar agendas fundamentais do país para o próximo ano — entre elas as reformas tributária e administrativa, além da desburocratização do Estado.**

## ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Relatório da PF mostra que intuito de Bolsonaro e de grupo palaciano de militares esbarrou na falta de apoio de colegas de farda

# Difamação e “não” ao golpe

» VINICIUS DORIA

O inquérito da Polícia Federal (PF) sobre a conspiração para impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva traz provas e depoimentos que envolvem diretamente o ex-presidente Jair Bolsonaro e seu entorno no Palácio do Planalto na trama. A investigação também dá pistas sobre alguns dos motivos que levaram o plano ao fracasso. O principal, pelo que se depreende da leitura das quase 900 páginas produzidas pela PF, foi a reação de boa parte do Alto Comando das Forças Armadas às propostas golpistas para melar o resultado das eleições de 2022.

Dois personagens do governo anterior incorporaram o sentimento legalista e enfrentaram a reação de colegas simpatizantes da ruptura institucional, de acordo com depoimentos que constam do inquérito: os comandantes da Aeronáutica, brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior, e

do Exército, general Marco Antonio Freire Gomes. Por causa dessa posição, foram alvos de campanhas difamatórias nas redes sociais, promovidas por altos oficiais envolvidos na trama — em especial, os ex-ministros da Defesa Braga Netto (que foi candidato à vice-presidência na chapa de Bolsonaro, em 2022) e Paulo Sérgio de Oliveira, que o sucedeu na pasta.

Segundo o inquérito, há evidências de que Braga Netto mobilizou milícias digitais para atacar não só Freire Gomes e Baptista Junior, como as famílias dos dois e outros militares que se opunham ao golpe. “Senta o pau no Baptista Junior, inferniza a vida dele e da família”, escreveu o general em uma mensagem descoberta pela polícia. O comandante da Aeronáutica foi chamado, nessa conversa, de “traidor da pátria”. Em depoimento à PF, Baptista Junior disse que precisou desativar todas as suas redes sociais devido aos ataques.

O ex-comandante da Força Aérea Brasileira (FAB) também revelou como Paulo Sérgio de

Oliveira tentou cooptá-lo para aderir ao golpe. Disse aos investigadores que, após o segundo turno das eleições presidenciais, participou de “cinco ou seis” reuniões no Palácio da Alvorada com Bolsonaro, assessores palacianos e colegas do Alto Comando. Para a PF, Paulo Sérgio “atuou de forma concreta para tentar pressionar os então comandantes das Forças Armadas a aderirem ao plano de golpe”.

Em 14 de dezembro, o brigadeiro e os demais comandantes foram apresentados a uma versão do decreto golpista que Bolsonaro pretendia editar, segundo os investigadores. “Baptista Junior descreveu a dinâmica dos fatos, após o então ministro da Defesa, Paulo Sérgio, apresentar o decreto”, narra o inquérito. O então comandante da Aeronáutica perguntou ao ministro: “Este documento prevê a não assunção do cargo pelo novo presidente eleito?”. De acordo com a PF, “Baptista Junior afirmou que, após sua indagação, Paulo Sérgio ficou calado.”

## Saída da sala

O brigadeiro disse que havia uma ordem sendo preparada pelo Planalto para impedir a posse de Lula, mas que alertou ao ministro da Defesa que “não admitiria sequer receber o documento e que a Aeronáutica não admitiria um golpe de Estado”. Em seguida, retirou-se da sala.

Foi o comandante da Aeronáutica que revelou à PF que Freire Gomes alertou Bolsonaro de que, se houvesse tentativa de golpe, teria que “prender o presidente”. Nas redes sociais, Braga Netto costumava referir-se ao comandante do Exército como “cagaço”.

O único comandante de Força que “colocou as tropas à disposição” do golpismo foi almirante Almir Garnier, que está entre os 25 militares indiciados. Ontem, a Marinha divulgou nota negando mobilização de apoio ao golpe.

A falta de apoio militar, para a PF, “não gerou confiança suficiente para o grupo criminoso avançar na consumação do ato final”. Por isso, Bolsonaro

“apesar de estar com o decreto (de intervenção) pronto, não o assinou”, aponta o relatório. “Bolsonaro (...) saiu do país para evitar uma possível prisão e aguardar o desfecho dos atos golpistas do dia 8 de janeiro de 2023”, conclui a PF.

## Melancias e espantinhos

Havia mais oficiais de alto escalão contrários à quebra da normalidade constitucional. Esses militares eram chamados, nas redes sociais, de “melancias” — verdes (cor do Exército) por fora, vermelhos (comunistas) por dentro, em uma campanha orquestrada para atacar quem não aderisse ao plano intervencionista. Para a PF, Braga Netto e Paulo Sérgio estão entre os principais estimuladores das milícias digitais contra os legalistas.

Entre os alvos das mensagens de ódio estava o atual comandante do Exército, Tomás Paiva. No fim do governo Bolsonaro, ele chefiava o Comando Militar

do Sudeste. Foi nessa função que fez a única declaração pública de um oficial da ativa em defesa do resultado das eleições, em 18 de janeiro de 2023. Três dias depois, foi convidado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para substituir o então comandante do Exército, general Júlio César de Arruda, demitido por defender os acampamentos golpistas em frente às unidades militares.

A PF também cita mais dois altos oficiais contrários à ruptura democrática. Em 2022, o general André Luís Novaes Miranda (que chefiou o Comando Militar do Leste até novembro de 2023) recomendou aos colegas de oficialato que não participassem dos atos de 7 de setembro daquele ano por causa da politização da data cívica. O general Guido Amin Naves, que chefiava o Departamento de Ciência e Tecnologia, também se opôs ao golpe — assim como o comandante militar do Nordeste, Richard Nunes, e o comandante do Estado Maior do Exército, Valério Stumpf.

## Moídos pela máquina de ataques nas redes sociais

Divulgação/Exército



Isac Nobrega/PR



Carolina Antunes/PR



Marcos Corrêa/PR



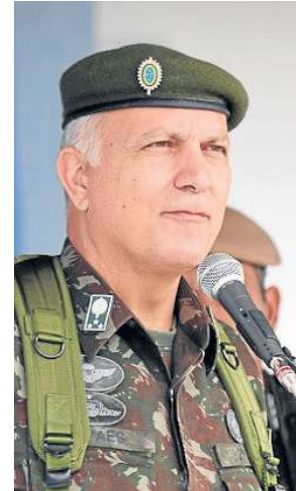
Reprodução/Redes sociais



Edilson Rodrigues/Agência Senado



Reprodução/Redes sociais



Freire Gomes, Baptista Junior, Tomás Paiva, Valério Stumpf, Richard Nunes, Amin Naves e Novaes de Miranda: todos na mira de Braga Netto por não aderirem à quartelada bolsonarista, segundo o inquérito da PF